



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 217, DE 2025

Altera o art. 149 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, para incluir os agentes comunitários de saúde no rol de beneficiários da redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS na aquisição de veículos automotores e motocicletas de até 250 cm<sup>3</sup> (duzentos e cinquenta centímetros cúbicos), e modifica a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a esses agentes a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos destinados ao uso profissional.

**AUTORIA:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2025

Altera o art. 149 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, para incluir os agentes comunitários de saúde no rol de beneficiários da redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS na aquisição de veículos automotores e motocicletas de até 250 cm<sup>3</sup> (duzentos e cinquenta centímetros cúbicos), e modifica a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a esses agentes a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos destinados ao uso profissional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei Complementar altera o art. 149 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, para incluir os agentes comunitários de saúde como beneficiários da redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), estendendo o benefício à aquisição de motocicletas de até 250 cm<sup>3</sup> (duzentos e cinquenta centímetros cúbicos), e modifica a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder aos mesmos profissionais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aplicável à compra de veículos destinados ao uso profissional.

**Art. 2º** A Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 149 .....  
.....



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Angelo Coronel

III – agentes comunitários de saúde, devidamente registrados no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), quando o veículo for destinado ao uso profissional no desempenho de suas funções;

.....

§ 7º A redução a zero das alíquotas referida no caput aplica-se igualmente às operações de aquisição de motocicletas de até 250 cm<sup>3</sup> (duzentos e cinquenta centímetros cúbicos), de fabricação nacional, quando adquiridas por agentes comunitários de saúde, destinadas ao uso profissional no desempenho de suas funções.” (NR)

“Art. 152 .....

.....

II – na hipótese dos incisos II e III do caput do art. 149 desta Lei Complementar, em intervalos não inferiores a 3 (três) anos.

.....” (NR)

**Art. 3º** O art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º .....

.....

VI – por agentes comunitários de saúde, devidamente registrados no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), quando o veículo for destinado ao uso profissional no desempenho de suas funções.

.....





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Angelo Coronel

§ 7º Nas hipóteses previstas nos incisos IV e VI do caput deste artigo, a aquisição com isenção somente se aplica a veículo novo cujo preço de venda ao consumidor, incluídos os tributos incidentes, não seja superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

§ 8º A isenção de que trata o caput aplica-se igualmente às operações de aquisição de motocicletas de até 250 cm<sup>3</sup> (duzentos e cinquenta centímetros cúbicos), de fabricação nacional, quando adquiridas por agentes comunitários de saúde e destinadas ao uso profissional no desempenho de suas funções.” (NR)

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar no prazo de 90 (noventa) dias, especialmente quanto:

I – à forma de comprovação de elegibilidade e de uso profissional;

II – aos procedimentos eletrônicos de solicitação e controle da isenção;

III – à comunicação entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para registro dos beneficiários.

**Parágrafo único.** É presumido o uso para o exercício da função o veículo de quatro rodas e até 1.000 cm<sup>3</sup> (mil centímetros cúbicos) (se de 4 rodas) ou de 125 cm<sup>3</sup> (cento e vinte e cinco centímetros cúbicos) se veículo de duas rodas ou triciclo motor.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Os agentes comunitários de saúde (ACS) são profissionais indispensáveis à execução das políticas públicas de saúde e ao





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Angelo Coronel

funcionamento da atenção primária no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Instituídos pela Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, integram a linha de frente da saúde pública brasileira, sendo responsáveis por visitas domiciliares, acompanhamento preventivo de famílias, mapeamento de territórios, educação sanitária e vigilância epidemiológica.

Em milhares de municípios, sobretudo nas zonas rurais, comunidades periféricas e localidades de difícil acesso, a mobilidade individual é condição essencial para o desempenho dessas atribuições.

Grande parte desses profissionais utiliza veículos próprios — especialmente motocicletas de baixa cilindrada — para deslocar-se entre residências e unidades de saúde, arcando integralmente com os custos de transporte, manutenção e depreciação, sem qualquer compensação estatal.

Nesse contexto, a presente Lei Complementar tem por finalidade reduzir os encargos tributários incidentes sobre a aquisição de veículos e motocicletas até 250 cm<sup>3</sup> de fabricação nacional, utilizados por agentes comunitários de saúde no exercício de suas funções.

Ao incluir os ACS no rol de beneficiários do art. 149 da Lei Complementar nº 214/2025, o projeto garante redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) nas operações de compra de veículos destinados ao uso profissional, estendendo o mesmo tratamento às motocicletas — meio de transporte predominante entre esses servidores. Adicionalmente, a proposição modifica a Lei nº 8.989/1995, para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos por agentes comunitários de saúde, harmonizando o regime tributário federal sobre o tema.

Trata-se, portanto, de isenção de natureza funcional e caráter social, plenamente compatível com a finalidade extrafiscal do sistema tributário.

A troca de veículos a cada três anos, prevista na alteração do art. 152 da LC 214/2025, assegura equilíbrio e controle fiscal do benefício,

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Angelo Coronel

evitando abusos e garantindo a necessária compensação econômica da medida.

Do ponto de vista fiscal, o impacto é reduzido e plenamente administrável, considerando o universo de aproximadamente 265 mil agentes comunitários de saúde em atividade no país e a periodicidade trienal das aquisições beneficiadas. Importante ressaltar que a isenção está amparada pelas disposições que tratam sobre a definição de alíquotas de IBS e CBS.

Em síntese, esta proposta busca valorizar os agentes comunitários de saúde, reforçar a estrutura operacional do SUS e aperfeiçoar a política pública de atenção básica, garantindo condições mais justas e efetivas de trabalho àqueles que exercem, em todo o território nacional, um dos papéis mais relevantes na promoção da saúde e na prevenção de doenças no Brasil.

Sala das Sessões,

Senador ANGELO CORONEL

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 214 de 16/01/2025 - LCP-214-2025-01-16 - 214/25  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2025;214>
  - art149
- Lei nº 8.989, de 24 de Fevereiro de 1995 - Lei de Isenção do IPI para Compra de Automóveis (1995) - 8989/95  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995;8989>
  - art1
- Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006 - Lei Ruth Brilhante (2006) - 11350/06  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11350>